

Intervenções Psicossociais nas Demandas Raciais da Experiência de Estágio no Quilombo Urbano

Psychosocial Intervention in Race Demands of Experience Internship in Urban Quilombo

Laís Maria Euzebio Silva¹
Marineide da Mota Mercês²
Maria de Jesus Moura³

Resumo: Os veículos de formação da opinião pública contribuem para a representação social do ser negro (a), relacionando-os a aspectos negativos, causando negação e conseqüentemente sofrimento psíquico. Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a contribuição das representações sociais para negação da negritude e suas conseqüências. A partir do processo de negação e não identificação da negritude advinda das representações sociais, foram apresentadas as respectivas conseqüências psicológicas, tais como desvinculação da historicidade de matrizes africanas, perdas dos vínculos do grupo pertencente, ideais de branquidão e vulnerabilidade diante das situações de discriminação racial. A importância do trabalho está na contribuição através da exposição da experiência de estágio a partir de reflexões para estudantes e profissionais de psicologia. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica relacionada aos estudos das representações sociais, o processo de negação da negritude e intervenções do estágio em clínica social no quilombo urbano do Amaro Branco em Olinda-PE.

Palavras-chave: psicologia, negritude, representações sociais, sofrimento psíquico.

Abstract: Vehicles in shaping public opinion contribute to social representation to be black (a), relating them to negative aspects, thus causing denial and psychological distress. This work aims to reflect on the contribution of social representations to denial of blackness and its consequences. From the denial and failure to identify the social representations of blackness arising process their psychological consequences, such as untying the historicity of African origin, loss of ties of group belonging, ideals of whiteness and vulnerability to situations of racial discrimination were presented. The importance of the work is the contribution by exposing the internship experience from reflection for students and professionals of psychology. The methodology used was a literature related to the study of social representations, the process of negation of blackness and social interventions in clinical stage in Urban Quilombo Amaro White Olinda-PE.

Keywords: psychology, negritude, social representations, psychological distress.

1 Graduada em psicologia da Faculdade dos Guararapes.

2 Graduada em psicologia da Faculdade dos Guararapes, Pós graduanda em docência do ensino superior da Faculdade dos Guararapes.

3 Graduada e Mestra em psicologia pela UFPE, Docente da Faculdade dos Guararapes.

Intervenções Psicossociais nas Demandas Raciais da Experiência de Estágio no Quilombo Urbano

Psychosocial Intervention in Race Demands of Experience Internship in Urban Quilombo

Laís Maria Euzebio Silva
Marineide da Mota Mercês
Maria de Jesus Moura

Introdução

Uma das principais necessidades do ser humano é a socialização, pois é a partir das interações sociais que os indivíduos se constituem e se desenvolvem em seus grupos de pertencimento. Segundo Lane (1981):

O viver em grupo permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu “eu” neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros. É nesse processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência-de-si-mesmo. (p.16)

Para que o indivíduo possua uma identidade positivamente afirmada é necessária uma representação que valorize a si mesmo e o seu grupo de pertencimento. Embora as diferenças sejam inerentes à diversidade humana, muitas são inferiorizadas e desumanizadas, como também os indivíduos que as possuem, por não se enquadrarem nos padrões normativos estabelecidos socialmente. Esses conceitos compartilhados são utilizados como justificativa para discriminações e exclusões, e ao naturalizar e justificar os comportamentos discriminatórios, responsabiliza-se a vítima pela violência sofrida, já que, de acordo com tal raciocínio, o simples fato de possuir características desvalorizadas a torna merecedora da violência. Diante dos sofrimentos que indivíduos discriminados são submetidos, é possível compreender o processo de negação das características legitimadoras da violência, e conseqüentemente a negação da própria identidade e a negação de si mesmo.

As instituições educacionais e a mídia, enquanto principais meios de influência da opinião pública, contribuem diretamente para a formação das representações sociais. Segundo Coimbra (2001): “A mídia é atualmente um dos equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo.” (p.29). Apesar de seus papéis sociais, tais meios de influência propagam estereótipos relacionados a grupos discriminados socialmente. A partir de representações sociais negativas, os grupos atingidos pelas discriminações, que muitas vezes passam despercebidas, tendem a negar ou excluir seus atributos discriminados socialmente, gerando sofrimentos e exclusão.

Tomando como referência o grande poder da mídia, que tem seu papel social enquanto veículo de informação e prestação de serviços para o desenvolvimento social, entende-se que tal veículo é um dos principais instrumentos de propagação de exclusões e violações dos direitos humanos.

Assim, pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades, “pelo recalçamento e negação de certas realidades”, pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, de realidades – que passam a ser as que existem objetivamente-, os meios de comunicação de massa “simula(m) padrões consensuais de conduta”, produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação; forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões. (Coimbra, et al., 2001, p.37)

Tais processos são realizados de forma subliminar, de modo que os telespectadores dificilmente identificam, e conseqüentemente passam a internalizar tais conceitos, nos quais serão baseados e justificados seus comportamentos discriminatórios. A partir de

então, aceitam e até incentivam a continuidade das violações dos direitos humanos, pois “esse equipamento não nos indica somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir”. (Coimbra, et al., 2001, pg.29).

As instituições educacionais, que possuem como principal objetivo instruir, preparar e formar futuros cidadãos, baseados no senso crítico e na garantia de direitos, caracteriza-se como outro meio de influência da opinião pública. Nesses espaços, o que acontece são reforços aos conceitos do senso comum, de modo que os indivíduos inseridos são condicionados a pensar, agir e sentir de acordo com as normas estabelecidas socialmente, ou seja, são impedidos de pensar por si mesmos buscando se enquadrar no modelo idealizado socialmente. Assim, são condicionados à obediência e à submissão de tudo que lhes é imposto, deixando de incentivar o que é de extrema importância para promoção de mudanças sociais e individuais: o senso crítico, esse ingrediente considerado como grande inimigo da ordem estabelecida e da submissão, e amigo inseparável da liberdade de pensamento, da liberdade de expressão e da promoção de mudanças, uma vez que as mudanças só são possíveis quando há pelo menos um questionamento do que já foi estabelecido para basear a busca por novas descobertas. Portanto, é possível perceber que as instituições educacionais não se diferem da mídia no que diz respeito à manutenção e manipulação da opinião pública, pois ambos os instrumentos usam seus poderes de influência social para manter o controle e a permanência do presente estabelecido, reforçando a submissão social diante de conteúdos que lhes são imposto.

O poder que esses mecanismos possuem diante da formação e manutenção das representações sociais se reflete nas representações atribuídas a pessoa negra, quando sua negritude é cotidianamente desvalorizada, inferiorizada e excluída dos lugares de visibilidade social, para ser substituída pelo que culturalmente é considerado como bom, intelectual, belo e superior – valores atribuídos à brancura. Diante dessa realidade, o que resta para a população negra, frente ao ideal de brancura imposto, é negar sua negritude para tornar-se, no mínimo, aceitável, o que significa que sua aceitação depende da exclusão de suas características, ou seja, a exclusão de si mesmo.

O processo de negação e não identificação da negritude advinda das representações sociais

Alguns fatores que podem favorecer o sentimento de pertencimento de um indivíduo a uma situação ou lugar estão geralmente significados nos pontos positivos que apontam para esse pertencimento. Assim, pertencer a um determinado grupo que é socialmente visto como “bom” faz com que o indivíduo crie em seu imaginário um sentimento que perpassa a pertença, chegando enfim à importância de fazer parte deste um grupo ou situação. Nesse sentido, se fazem necessárias algumas compreensões que possam justificar de forma plural alguns sentimentos e, dentre tantos considerados como importantes, elegemos em nosso estudo a falta de conhecimento da própria história e o reflexo causado pelas representações sociais. Segundo Munanga (2004):

Os direitos humanos, como direitos dos cidadãos, são objeto de crítica dos movimentos feministas, dos movimentos anti-racistas, dos movimentos homossexuais e outros, justamente por terem sido baseados no princípio universalista que não respeita a diversidade e o pluralismo fundador de todas as sociedades humanas. (p.91)

Pensando na diversidade da cor e da raça, logo encontraremos conflitos históricos de subjugação, não identificação e negação da negritude entre os indivíduos, como consequências trazidas justamente pelas representações sociais que, por inúmeros motivos – como segregação e exclusão, discriminação e preconceito – têm hodiernamente tentado invalidar a história particular e singular dos sujeitos.

Nos espaços midiáticos, que são espaço das representações familiares e sociais, que gritam o que é “cult”, não é comum encontrar pessoas negras a frente dessas representações, sendo que, para estas pessoas, sempre são dados (quando são) lugares paralelos que não possam ser identificados com tanta importância. Quando é feito de forma contrária, não demora muito para encontrarmos sentimentos de condescendência e subestima. Para entender essa prática, nem se faz necessário nos debruçarmos tanto na historicidade dos fatos, nem mesmo nos modelos eurocentristas copiados por nossa sociedade, uma vez que, já no século XXI, a educação brasileira ainda é pautada na negação da verdadeira história iniciada pelos Índios, tão bem escondidos nos nossos livros, não apenas nos primeiros anos de vida escolar, mas até nas instituições de ensino superior. Imaginar uma base cultural na educação brasileira pautada na verdadeira construção da nossa história seria para nós uma oportunidade de conhecer de forma genuína a formação e contribuição do povo que decide e escreve sua própria base, e nesse ínterim, favoreceria completamente a identificação e o grau de importância desse pertencimento. Diante essa realidade, Cavalleiro aponta que:

A ideologia, de que vivemos num país em que as diferenças são aceitas, encobre o problema, favorecendo a responsabilização da população negra por sua precária condição de existência, além de dificultar seu exercício pleno de cidadania. Ainda mais, a família e a escola acabam reproduzindo esta ideologia e retroalimentando o próprio preconceito (*Apud*, Franklin, 2004, p. 96).

Quando uma criança negra inicia sua vida escolar, ela não vai para a escola com o sentimento de sua negritude; ela entra com um sentimento de desbravamento de mundo, de que vai fazer novas amizades e brincar com seus colegas, e apenas a partir desse brincar é que ela fatalmente vai ou não se deparar com realidades de segregação e exclusão. Assim, discriminada por sua cor e raça, ela fará escolhas que resultarão ou não, nos anos seguintes de sua vida, no sentimento e na prática da negação. Contudo, há de se entender que as pessoas não nascem para serem negras ou brancas, elas apenas nascem pessoas, e o que pode contribuir para a negação de sua cor não é a cor em si, são as consequências advindas das representações sociais, e conseqüentemente a falta de conhecimento de sua própria história. E infelizmente, o que nos mostra a educação escolar e familiar, é que não estamos trabalhando contra essa prática: ainda estamos alimentando uma história que não poderá ser de equidade enquanto estivermos ocupando o lugar da não identificação, pois este lugar nos tira a possibilidade de pertencimento, e não pertencer a um lugar nos coloca não apenas em lugar nenhum, mas nos tira a condição histórica de ser.

Elementos de negação e não identificação da negritude no campo de estágio no Quilombo Urbano

Uma comunidade é considerada enquanto quilombola quando seus integrantes são remanescentes da população negra que se organizou em quilombos, com objetivo de refúgio da escravidão, marcada com lutas e resistências, apesar das modificações territoriais e formas de sobrevivência dos indivíduos pertencentes ao quilombo, que acompanharam os desenvolvimentos urbanos de onde estão localizados, caracterizando-se, assim, como *Quilombos Urbanos*. Tais modificações estruturais não os descaracterizam, já que sua identidade está relacionada à herança histórica e cultural de seus ancestrais. Segundo Moura *apud* Carril (2006, p. 165), o Conselho Ultramarino de 1740, determinou que quilombo é “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. A Constituição do Brasil, de 1988, aprovou em seu Artigo 68, a garantia do direito a terra e ao título de quilombo.

A história da nascença dos Quilombos, quanto a sua localização, dá-se principalmente em áreas distantes da cidade, como por exemplo, matas, cachoeiras, serras e florestas, e isso se explica pela precariedade do acesso, uma vez que o espaço quilombola era usado enquanto refúgio. Com o crescimento urbano, e o desmatamento trazido por esse

desenvolvimento, os quilombos foram sendo tomados no sentido de proximidade da cidade. Para entendermos melhor, é como se esse lugar fosse sugado para dentro do espaço urbano.

O Amaro Branco, comunidade quilombola situada em Olinda-PE, é originado de um grupo de pescadores, que utilizavam a pesca como forma de sobrevivência, uma vez que estes também têm atravessada em sua história a escravidão. Também fazem parte de sua história cultural ritmos consagrados mundialmente como representantes dos mitos ancestrais do povo africano, como por exemplo, Coco de Roda, apresentado na comunidade, na Rua do Pneu, todo último sábado de cada mês e festejado por todos no mês de junho, dia de São Pedro. Esse ritmo já consagrou pessoas importantíssimas da comunidade no cenário midiático, pela grandeza de suas composições e sagacidade transmitida na forma de propagar e decantar sua cultura. Esta comunidade está longe de passar de forma comum no âmbito social, justamente por sua singularidade cultural, que emana de um povo que usa a arte para comunicar sua existência diferenciada, por serem, enfim, herdeiros de um Quilombo Urbano.

Ao entrar na comunidade do Amaro Branco, não é difícil se deparar com seus moradores falando e exibindo sua diversidade e riqueza cultural, sobretudo no que tange ao grupo mais especial e respeitado da comunidade, que tanto honra com suas histórias e contos do nascimento dessa civilização: são os idosos, personagens nostálgicos e contadores do nascimento e desenvolvimento do seu povo. Essa nostalgia é parte do movimento individual, de fazer com que a história do Amaro Branco não se perca futuramente. Segundo Thompson apud Silva (2005, p.48): “Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes”.

Por outro lado, se faz necessário compreender o que acontece com uma comunidade essencialmente negra, mas que se desconhece negra. Os achados da não identificação e negação da negritude em um espaço tão bem demarcado culturalmente remetem ao antagonismo social que valora o ser negro para determinadas situações e lugares e o descredencia para tantas outras. Estar na forma de pertencimento de uma comunidade de Quilombo Urbano, antes apenas comunidade quilombola, por estar à margem da cidade, não os “obrigava” a fazer valer culturas diferenciadas da sua. O que muda essa realidade de pertencimento são justamente a proximidade cultural e as representações sociais, que, por desconhecimento e não agrupamento em equidade social, os faz perceber as diferenças de forma negativa, de modo que o “bom” passa a “ser igual” a proposta urbana, descaracterizando assim a sua cultura de origem, não favorecendo em nada sua identidade racial.

Esses pressupostos de negação e não identificação da identidade racial foram trazidos a partir de recortes das intervenções, junto a um grupo de mulheres artesãs da comunidade, conhecidas como As Farolindas. As mesmas apresentaram todas as diversidades não apenas culturais, como em empoderamento de gênero, mas não se identificam enquanto mulheres negras, trazendo ainda em suas falas representações sociais negativas da negritude, internalizadas através de conceitos racistas, que estão relacionados aos motivos que as levam a negar sua identidade racial, e conseqüentemente as tornam vulneráveis às discriminações raciais.

Para que aconteça o processo de identificação se faz necessário que se conheça a história, e a partir dessa tomada de conhecimento é possível que se negue ou não o pertencimento dessas descobertas. Ou seja, no que tange a não identificação e processo de negação da negritude, encontram-se fatos e recortes das representações sociais atravessados nessa compreensão. Com a vivência e escuta das falas das mulheres artesãs observadas no campo de estágio, pôde-se entender que alguns conteúdos da não identificação eram oriundos do desconhecimento não apenas cultural, mas, sobretudo da importância social da história da ancestralidade africana da qual são herdeiras. Nesse sentido, foram determinantes os

achados de negação que emergiam a partir das consequências do adoecimento e sofrimento psíquico causados pela repulsa da qualidade social e intelectual da pessoa negra.

Entender enfim que o desenvolvimento plural da sociedade se deu a partir da cultura africana com sua respectiva importância intelectual e construtivista, no sentido de civilização, é garantir que seus herdeiros se apropriem do direito de equidade que legitima as sociedades. A segregação da pessoa negra é a prova humana da descaracterização do direito.

As consequências psicológicas trazidas pela negação e não identificação da negritude oriunda das representações sociais

As representações sociais são conceitos compartilhados socialmente resultantes das construções socio-históricas de uma cultura, influenciando e por ela sendo influenciadas. Essas representações estão presentes nos conceitos compartilhados do senso comum, como produtos e produções das representações sociais, de modo que tais conceitos determinam o que é valorado socialmente. A partir dessa valoração, é que são mediadas as relações interpessoais. É possível perceber o ciclo de produções e reproduções das representações sociais a partir dos principais meios de influências coletivas.

A representação social da pessoa negra, tanto no contexto educacional quanto na mídia, está relacionada a conceitos negativos. Na educação é possível identificar tais representações na negação e submissão de conteúdos históricos que tendem a enfatizar a representação da pessoa negra à escravidão e submissão, ocultando as contribuições da cultura de matrizes africanas, as resistências e contribuições dos negros(as), que muitas vezes são desconhecidas, mas que contribuíram para a história. Além de tais ocultações, são poucas as aparições das pessoas negras em materiais didáticos em contextos diferentes da escravidão. Segundo Bento (2004):

Sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo, as conquistas importantes no campo das artes, das ciências, as crianças negras têm muita dificuldade em formar uma imagem positiva de seus iguais. Consequentemente, não formam uma imagem positiva de si própria, enquanto negras. Suas famílias muitas vezes também não formam uma imagem positiva sobre o grupo negro e acabam por reproduzir o preconceito em casa. (p.45)

Na mídia, são poucos os indivíduos negros. Quando presentes, geralmente estão associados a papéis subalternos e desvalorizados, além de passarem por processos de branqueamento para ocultar seus traços negróides. Diante de tais representações propagadas pelos principais meios de formação e representação social, os indivíduos negros tendem a negar sua negritude causando-lhes sofrimento psíquico e vulnerabilidades às discriminações.

A violência do racismo, cada dia mais sofisticada, viola de forma contínua, camuflada pelo mito da democracia racial e culpabilização da vítima pela violência sofrida, causando-as diversas consequências psicológicas. Com o objetivo de livrarem-se das violências sofridas, negros e negras, tendem a negar e até mesmo excluir características que evidenciam sua negritude, passando a adotar medidas de branqueamento para se aproximarem ao máximo da imagem socialmente valorizada, ou seja, a imagem do branco, uma vez que:

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (Costa, 1981.p.104).

Esse processo se dá de forma inconsciente, através da internalização das representações sociais da negritude, marcada por estigmatizações de inferioridade causando danos a autoestima e uma relação persecutória do negro(a) com o seu corpo, danificando sua identidade. Segundo Costa et al. (1981):

O corpo ou a imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com seu corpo. A imagem ou enunciado identificatório que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar. (p.107)

O repúdio ao corpo negro é facilmente identificado a partir das constantes utilizações das técnicas usadas para deixá-lo cada vez mais próximo da aparência do corpo branco, como, por exemplo, as técnicas para alisamento dos cabelos, clareamento da pele, cirurgias para afilar o nariz e também técnicas de maquiagem para tornar os traços do rosto mais finos, entendendo o “fino” não apenas como contrário de grosso, mas num sentido sutil e mais amplo, em que se usa erroneamente o “ser fino” para indicar traços de brancura, e o “ser grosso” para indicar traços negroides, não relacionando, portanto a afilamentos; outrossim, associa-se a fineza a sofisticções e a grossura ao sentido grosseiro. Essas técnicas que visam branquear o corpo negro tornaram-se instrumentos fundamentais para alcançar o padrão de beleza referenciado exclusivamente na estética branca, sendo que tudo que a contradiz é inferiorizado, “hipnotizado pelo fetiche do branco, ele está condenado a negar tudo aquilo que contradiga o mito da brancura”. (Costa, et al., 1981, p.106)

A ideologia de inferiorização da pessoa negra, cristalizada no imaginário coletivo pelas representações sociais, garante a propagação do preconceito e de práticas discriminatórias, promovendo então a vulnerabilidade e a violência contra a pessoa negra. As consequências para a população negra vão além da rejeição ao próprio corpo, o que já é de extrema gravidade, considerando que o corpo é a representação concreta do indivíduo, com o qual há uma relação desde seu nascimento. Além disso, existe uma inferiorização atribuída às questões morais e intelectuais, de modo que são formulados argumentos com o objetivo de justificar a exclusão causada pelo racismo como resultado da incapacidade moral e intelectual da pessoa negra, culpabilizando-a pela situação de exclusão causada pela vulnerabilidade às discriminações raciais. Ainda há os que atribuem a questão das desigualdades da população negra a questões sociais, deixando de considerar que independentemente de classe social, as desigualdades são impostas a população negra.

Considerações finais

Pensar o processo da não identificação e da negação da negritude sugere uma interface com o processo da não identificação e da negação da pessoa humana: é como se dissesse ao humano que ele não é assim tão humano, uma vez que se desconhece historicamente, de forma que ele apenas é considerado humano por ser o único ser que tem como trabalhar, acolher e possibilitar pensamentos e escolhas. Quando propomos a compreensão de que pessoas de descendência africana desconhecem sua história e conseqüentemente não se identificam com a mesma, e ainda, que negam este lugar justamente porque encontram nele um lugar de sofrimento, permite-se perceber que espécie de humano está sendo alimentado ao longo da história de vida humana.

Quando essa compreensão vem a partir das representações sociais, torna-se possível então repensar em qual ponto da história é possível rever posicionamentos, no sentido de propor outras situações de aprendizado contínuo no que tange ao desenvolvimento plural de nossa espécie. Entende-se como garantia de direitos tudo o que reza a carta magna das nações, mas, no entanto, comprometem-se civilizações por sua diversidade de cor, de raça, de religião, etc., e isso se dá porque historicamente não se deseja mudar o que fora imposto por movimentos políticos de segregação e separação do humano e dos seus direitos enquanto tal. No contexto social, é possível identificar quão segregado pode ser o indivíduo a partir de sua diversidade nos mais amplos sentido e segmento: encontra-se hodiernamente nas instituições de ensino a forma separatista do intelecto, da condição de ser a partir do empoderamento ou ainda quem poderá fazer parte da construção epistemológica da educação. Nesse sentido, a sociedade atual ainda conta com o instrumento midiático,

que pode tanto gerar aproximações, como segregar ainda mais a pessoa humana, quando a mesma traz em seu recorte principal uma postura eurocentrista, que descredencia os diferentes desse modelo. Essa postura passa enfim a reverberar de forma socioeconômica, de modo que a política de formação irá exaltar o seu modelo proposto, e condenar de forma punitiva tudo o que vier de encontro aos seus interesses.

O que pode legitimar e favorecer a reconstrução dessa história está também contido no desafio da atuação de alguns profissionais, que podem contribuir com a reelaboração do conhecimento da historicidade humana, como por exemplo, a educação, que pode contribuir promovendo não apenas doutores de áreas específicas da ciência, mas também a formação e construção da capacidade do humano em relação a si e ao outro como indivíduo contemplados pela garantia do seu direito de ser e estar no mundo, de forma que as diferenças sirvam enfim para compreender a subjetividade e singularidade humana e jamais a subjugação pelas diferenças.

A Psicologia traz como um de seus principais fundamentos a base da pessoa humana a partir de sua história, nesse sentido é possível refletir como sua observação poderá possibilitar reflexões sobre o desconhecimento e descon siderações de sua história como prejudiciais para formação da identidade do indivíduo, já que para construção da identidade é de extrema importância o conhecimento de suas origens e pertencimento.

No código de ética dos (as) profissionais de Psicologia, o artigo I dos princípios fundamentais diz que “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Tomando este artigo como referência, é possível perceber que a busca pela garantia dos direitos humanos está além de uma militância a favor de um ideal, que grande parte da categoria ignora com argumentos de que essas discussões e práticas não se aplicam a área de atuação dos profissionais de Psicologia, descon siderando temáticas de extrema importância para a garantia dos Direitos Humanos, que não por acaso está legitimado como o primeiro princípio fundamental do código de ética dos (a) profissionais de Psicologia.

Considerando a discriminação racial como uma prática muito comum, expressada de forma velada e causadora de diversos danos psíquicos e diversas desigualdades para a população negra, sendo que seus direitos humanos fundamentais são constantemente violados, cabe ao profissional de Psicologia contribuir na identificação e na eliminação dessa prática, através de suas intervenções psicossociais, já que a questão do racismo está cristalizada nas representações sociais, como também no apoio psicológico e no empoderamento voltados para indivíduos que sofreram discriminações raciais.

Apesar da existência da resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, na prática, grande parte dos profissionais de psicologia desconhece ou não considera tais normas em suas práticas profissionais, sendo que muitas vezes contribuem para perpetuação das discriminações raciais, reforçando a continuidade dessa violência psicológica causadora de diversos danos à população negra. Portanto, para que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, possa contribuir efetivamente para garantia dos direitos humanos fundamentais da população negra, é necessário primeiramente que se reconheçam as diversidades humanas enquanto direito fundamental para nortear as práticas e teorias psicológicas.

Referências Bibliográficas

- Bento, M.A.S. (2004). *Cidadania em Preto e Branco*. São Paulo, Ática.
- Carril, L.F.B. (2006). *Quilombo, território e geografia*. São Paulo. Recuperado de <http://revistas.usp.br/agraria/article/view/92/91>

- Código de Ética Profissional do Psicólogo*. (2005) Brasília. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia.
- Coimbra, C. *Operação Rio o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro. 2001.
- Costa, J.F. (1986). *Violência e Psicanálise*. 2ª edição. Edições Graal. Recuperado [http://minhateca.com.br/biaglobo/bckup/Documents/Psican*c3*a1lise-+1/Costa*2c+Jurandir+Freire+-+Viol*c3*aancia+*26+Psican*c3*a1lise,4236444.pdf](http://minhateca.com.br/biaglobo/bckup/Documents/Psican%C3%A1lise-+1/Costa*2c+Jurandir+Freire+-+Viol%C3%Aancia+*26+Psican%C3%A1lise,4236444.pdf)
- Franklin, R. (2004). *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo.
- Lane, S.T.M. (1981). *O que é Psicologia Social?* 1ª Ed.- São Paulo. Brasiliense.
- Munanga, K. (2004). *Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão – 1ª Ed. – São Paulo*. Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda.
- Silva, D. A. (2005). *O passeio dos quilombolas e a formação dos quilombos urbanos*. (Tese de Doutorado, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/8/TDE-2005-05-09T12:57:07Z-729/Publico/DjalmaSilva.pdf